



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1876/15	DATA: 29/09/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 14h55min	TÉRMINO: 16h11min	PÁGINAS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ROSANE MAZETTO - PUBLICITÁRIA E JORNALISTA, PRESIDENTE DA ONG IRMANDADE DAS PATINHAS. ÍRIA DE SOUZA PINTO - COORDENADORA DA FAUNA SILVESTRE DO IBAMA.

SUMÁRIO

Exposições sobre o tema em foco na CPI.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 13ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2015.

Indago se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Fica dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Ricardo Tripoli.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discutir a ata, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Passo à leitura do expediente.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Da Sra. Maria Lucia Metello, membro do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal em Campo Grande, convidada, nos termos do Requerimento nº 53, de 2015, do Sr. Geraldo Resende, que *“informa a impossibilidade de participar da presente reunião em razão da necessidade de cuidados médicos pós-cirúrgicos”*;

Do Dr. Sérgio de Regina, advogado do Dr. Ogari de Castro Pacheco, que *“confirma o seu comparecimento na reunião desta CPI a ser realizada no dia 8 de outubro”*.

A presente reunião consistirá em audiência pública com a presença das seguintes pessoas: Sra. Rosane Mazetto, publicitária e jornalista, Presidente da ONG Irmandade das Patinhas, nos termos do Requerimento nº 52, de 2015, do Deputado Geraldo Resende; Sra. Iria de Souza Pinto, representando a Sra. Sylvania Medeiros Gonçalves, Superintendente do IBAMA no Rio de Janeiro, nos termos do Requerimento nº 58, de 2015, do Sr. Luiz Carlos Ramos.

O Sr. Maurício Silveira de Oliveira, Secretário Especial dos Direitos dos Animais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, foi convidado, nos termos do



Requerimento nº 68, de 2015, do Sr. Ronaldo Nogueira, mas não compareceu nem indicou um representante.

Passamos agora à audiência pública.

Vamos dar início às exposições.

Convido para tomar assento à Mesa a Sra. Rosane Mazetto e a Sra. Iria de Souza Pinto.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido para cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogável, a juízo da Comissão, não podendo os convidados ser aparteados.

Os Parlamentares interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Concedo a palavra à Sra. Rosane Mazetto, por 20 minutos.

A SRA. ROSANE MAZETTO - Boa tarde a todos os presentes neste plenário.

Na pessoa do Deputado Ricardo Izar, eu cumprimento todas as autoridades presentes.

Eu vim defender a implantação de hospitais veterinários em todo o Brasil.

Acabo de sair, Deputado, de uma audiência pública sobre saúde. Vai faltar dinheiro neste final de ano, e, no ano que vem, também não vão conseguir honrar as folhas e os deveres. Então, cada vez mais eu acredito que essa pasta tem que ser passada para o Ministério do Meio Ambiente. Quem cuida de bicho é o Ministério do Meio Ambiente. Vamos desafogar a saúde um pouco, porque hoje não se pode falar em saúde pública sem falar em saúde pública animal.

Eu moro com nove animais meus, na minha casa, e cuido de mais nove da ONG.

A ONG foi criada em 3 de maio de 2014; vai fazer 1 ano e 5 meses agora, dia 3. Ela veio ao encontro da necessidade da saúde pública no meu Município, a cidade de Ponta Porã, na fronteira com Pedro Juan Caballero, no Paraguai — não sei se os senhores tiveram oportunidade de conhecê-la.

A nossa fronteira é bem atípica, Deputado. Há trechos em que, com um passo, você já está no outro país; atravessa para outro país. Então, imaginem que maravilha é isso para os cachorros! *“Hoje eu vou para o Brasil, amanhã estou no*



Paraguai.” E assim nós vamos correndo atrás dos animais em rico e trabalhando para resgatá-los. Nós os resgatamos.

Quem quiser entrar na nossa página agora pode entrar: chama-se Irmandade das Patinhas. Entrem e vejam o trabalho que nós fazemos. Nós somos uma ONG ativa. Resgatamos os animais, tratamos os animais e os colocamos para adoção, sem receber um tostão dos poderes público municipal, estadual ou federal.

Somos mulheres, donas de casas, mães, simples mortais que amam o que fazem. Sabem como nós vivemos? Só Deus sabe. Temos uma conta de 10 mil reais por mês. Não sei como nós pagamos essa conta. Sinceramente, eu não sei. É a mão de Deus que nos faz conseguir verba. Nós vendemos adesivo, caneta, chaveiro. Conseguimos arrecadar no semáforo, embaixo de sol quente, 3 mil reais para pagar veterinário. E assim nós vamos levando a nossa vida, salvando vidas de inocentes, que morrem por descaso e abandono.

Então, eu venho pedir hoje aqui. Eu venho pedir! O nosso trabalho não tem fundamento, porque nós não temos ferramentas para crescer perante a política. Nós não temos apoio. Então, nós precisamos de apoio político. Que seja aprovada uma lei para se construírem clínicas públicas, hospitais veterinários. Gente, se eu gasto 8 mil reais por mês cuidando de 50 animais, a pessoa que ganha um salário mínimo vai cuidar do seu bichinho em casa, pagando 200 reais por uma consulta veterinária?! Quanto mais humilde a pessoa, mais animal tem e mais ajuda nos pede.

Tem hora em que a impotência que nós sentimos é muito grande, porque temos que fazer vista grossa. E quem é protetor sabe do que eu estou falando! Quando passa em algum lugar e vejo um animal que precisa de ajuda, eu o junto, ponho no meu carro e levo para casa. É assim que eu faço, Deputado. Eu não aguento ver o sofrimento de um ser que não tem como se defender perante a sociedade, passar por ele, simplesmente olhar e dizer, como muitos fazem: *“Coitadinho!”*.

Só que nós estamos enxugando gelo, senhores! Nós precisamos de políticas eficazes, que venham ao encontro da nossa necessidade. Precisamos de um hospital. Pretensão minha? Não é pretensão minha! Que seja do meu conhecimento, Deputado Ricardo Tripoli, existem dois hospitais em São Paulo. É isso? Existem



apenas dois hospitais veterinários no Brasil. Em 9 meses de atendimento, foram mais de 145 mil atendimentos. Nossa ONG, em 1 ano e 5 meses, realizou mais de 2 mil procedimentos. Precisamos urgentemente rever isso.

Quando se fala em zoonose, leishmaniose, tratamos os animais lá. O preço é mais baixo. Nosso atendimento é mais barato porque temos parcerias com veterinários do Paraguai. Nós fazemos tratamento com estibogluconato. Um frasco lá custa 150 reais. Tenho informação de que, aqui, um tratamento chega a 3 mil, 4 mil reais. Comércio! Mas nós tratamos os animais.

Vou mostrar o Torquato.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vejam a mudança na sua qualidade de vida. Vejam o tratamento que damos ao animal e a chance que nós lhe damos.

Esse animal foi resgatado no Paraguai. Vejam a condição em que ele se encontrava.

Qual é o nosso procedimento? Nós levamos o animal para a clínica veterinária e fazemos o exame de linfo e o exame de sague, que vai para o Laboratório Hermes Pardini e, depois de 10 dias, nós sabemos se o resultado é positivo ou negativo. Com o resultado, começamos o tratamento.

Agora, gente, vejam como ele ficou depois do tratamento com o estibo. É outro animal! Você vê no olhar do animal a satisfação. Agora vem dizer para mim que nós temos que virar as costas? Nós temos que ir para cima, gente! Essa legião que cresce, esse exército que se levanta tem que ganhar força para isso. Os animais precisam de nós!

Eu entendo que existem mil problemas na saúde pública, mas nós não podemos fazer vista grossa para isso! Nós não podemos. Passou da hora de o Governo ter uma política direcionada para os animais. Passou da hora de se ter um programa permanente de castração. Quer controlar as zoonoses? Castre os animais! Assim se controlam a população e as zoonoses. "Microchipe" esses animais! Posse responsável, maus-tratos, vacinação.

Foi louvável o ato do Deputado Geraldo Resende, que não está aqui presente — inclusive foi ele que me trouxe até aqui. Louvável! Tem que vacinar. Animal é igual a criança: toma uma, duas, três doses. Tem que vacinar! Mas não basta



vacinar contra doença que o animal traz para o homem. E a doença transmitida de cachorro para cachorro? E a cinomose, que mata milhões de cachorros? E a parvovirose, que mata milhões de cachorros?

Tem que haver vacinação — V10! Tem que haver castração para todos, vacinação para todos. Tem que haver “microchipagem”, atendimento gratuito, programas sociais para a população de baixa renda, porque uma pessoa que ganha um salário mínimo não vai pagar 200 reais numa consulta nunca! Tem que haver o atendimento correto! Tem que haver democracia! A vida é o bem maior — tutela do Governo. O animal tem que ser cuidado.

Eu tenho outro cachorro, o Bruce, que foi retirado da rua também. Esse fui eu que resgatei.

Vejam, eu o peguei assim. Ele andava pela rua. Eu acho que passou umas dez vezes na frente da minha casa, desesperado, desnorteado. Ele não sabia para onde ia. Pus dentro do carro. Vomitou no meu carro. Sabem o quê? O lixo do lixo do lixo: casquinha de ovo, um pedacinho de osso de galinha — aquela água verde. Eu fiquei feliz da vida porque ele vomitou. Levei, cuidei. Vejam aqui: foi adotado. Tem leishmaniose, fez o tratamento. Adoção responsável, posse responsável: coleirinha no pescoço, Fipecto, acompanhamento, fiscalização. Se temos que fazer isso, vamos fazer!

E tenho mais um caso, que é o da Glória e da Vitória.

Aí há uma falha dos Centros de Zoonoses existentes no Brasil. Existe uma matança generalizada. As pessoas, às vezes, querem, vamos dizer assim, maquiagem certos procedimentos — um ponto de vista errado, a meu ver — e colocam a culpa no cachorro. Qual é o problema da leishmaniose? É o vetor. O cachorro não é o vilão da história.

Prefeito, vamos cuidar, então, dos terrenos baldios; vamos fazer campanhas educativas; vamos mobilizar a sociedade para acabar com o mosquito, e não para comprar anestesia para matar cachorro! Em vez de pôr aquele veterinário que está lá no Centro de Zoonoses para matar cachorro — ele está recebendo salário —, por que não colocá-lo lá para castrar os animais? Por que não se faz parceria com as ONGs? Será que é porque gostamos das coisas certas?



Damos também essa assistência à população. Ganhamos ração, às famílias carentes levamos ração, distribuímos, fazemos a castração dos animais.

Bom, essa é a Glória e essa é a Vitória. Esse caso foi muito atípico. Essas duas cadelas são de uma pessoa que é assistida pela ONG, a D. Geralda. Um belo dia ela me ligou, desesperada. Disse: *“Rosane, pelo amor de Deus, venha aqui agora; levaram as minhas cadelas, vão sacrificar as minhas cadelas”*. Quando cheguei a sua casa, a mulher estava vermelha, parecia que ia ter um troço. Eu disse: *“D. Geralda, a senhora não caia, porque, se a senhora cair, eu não vou conseguir levantar a senhora. Nós vamos lá e vamos pegar as cadelas”*. *“Eles entraram aqui, levaram as minhas cadelas. Fizeram o teste de leishmaniose, deu positivo, colocaram na carrocinha e disseram que vão matar”*. Em nenhum momento informaram àquela senhora que ela tem o direito de recolher o animal e fazer a segunda prova. *“E mais, se eu não entregar os animais, eu vou ser processada, porque, se alguém aqui pegar leishmaniose, a culpa é minha”*. *“Calma aí! Calma aí!”*

Fomos lá e retiramos os dois animais. Na malhada, a Vitória, nós fizemos três testes, no Laboratório Pardini. Realmente ela tem leishmaniose, já foi tratada, leva uma vida saudável. Ela não apresenta um único sintoma clínico. A Glória, coitada, foi recolhida por tabela, porque nós fizemos quatro exames e ela não tem leishmaniose. A Glória foi por tabela.

Então, é duvidoso? *“Ah, mas existe uma portaria, que temos que seguir, que diz que o teste do Manguinhos é o mais confiável; se deu positivo, vamos matar.”* O animal, quando está na rua, quando não é bem alimentado, está exposto a várias doenças, como a erliquiose, a desnutrição. Então, dentro dele, vamos dizer assim, está tudo alterado. Qualquer exame que for feito nele vai dar falso positivo.

Como nós trabalhamos? Nós trabalhamos assim: resgatamos o animal, fazemos com que se recupere da doença e depois realizamos o exame, para ver como ele está — seria o hemograma — e entrar com o tratamento. Tem dado certo. E não temos pego tanto animal com leishmaniose, não. E lá, região de fronteira, é considerada área endêmica. Vamos dizer que, dos que foram resgatados pelas nossas mãos — foram feitos os exames laboratoriais e clínicos —, apenas 10% apresentaram a doença de leishmaniose. Então, temos que pensar nisso.



E agora — é recente — eles estão distribuindo um panfleto na cidade, aterrorizando de novo a população, porque dizem que *“leishmaniose mata, leishmaniose traz isso”*, e só apresentam cachorro na capa. Eu pergunto aos senhores: é só o cachorro que transmite leishmaniose? Não. Acredito que não, não é? E por que eles batem tanto em cima disso? E por que não fazem um panfleto informativo, educativo, campanhas nas escolas?

Bem, meu tempo está acabando.

Eu gostaria de pedir aos senhores, a todo mundo, já que essa bandeira está sendo levantada, que realmente abracem isso aí. Que esse exército de protetores, anjos, guerreiros aumente cada vez mais, porque o mais forte tem obrigação de cuidar do mais fraco. Se os animais não fossem importantes, se a natureza não fosse importante, se os animais não tivessem esse significado em nossas vidas, Deus não teria feito a Arca de Noé e colocado mais bicho do que homem lá dentro.

Então, vamos repensar, vamos abraçar esta oportunidade e vamos esperar que seja feita, Deputado Ricardo Tripoli, uma política direcionada para a criação de hospitais. É pretensioso? Tudo bem. Que seja, então, uma clínica de saúde pública animal, menorzinha, ajeitadinha, que vá atender à população. E eu vou dizer uma coisa para os senhores: isso é o que eles esperam. Eu recebo 10, 20 ligações por dia. Há dia em que eu não consigo atender meu telefone e meu WhatsApp — damos o nosso telefone; está lá no Facebook. Quer castrar? Ligue para lá, 9938-7600. Quer consulta? Ligue para lá. Então, dentro das nossas limitações, atendemos à população.

Outra coisa legal seria a criação de uma delegacia de fiscalização, porque a população acha que a ONG tem o dever de ir lá. *“Ah, isso são maus-tratos. O meu vizinho jogou água quente no animal. Venha aqui resolver.”* Eu não tenho, a ONG não tem poder de polícia, a ONG não é autoridade.

E, além do hospital, se possível, deveríamos criar um SAMU, para o resgate, para pararmos de usar nossos veículos — mas os usamos, não há problema, com o maior carinho —, e essa delegacia, esse 0800. Que uma equipe possa atender a essas denúncias, levando o caso ao Ministério Público, dando prosseguimento ao caso.



E o principal: devemos criar soldados. O ser humano adulto é difícil de mudar. Ouvimos cada coisa de arrepiar os cabelos. Se não forem para as escolas, se não houver um programa de proteção e defesa animal trabalhado com as crianças, nosso futuro vai ser complicado. Então, que seja implementado na rede. Mas eu fui conversar com uma Secretária de Saúde, e ela disse assim: “Ah, mas para quê? O aluno sai da escola porque temos essa disciplina, aquela...”. Pelo amor de Deus! Secretária de Saúde dizer uma coisa dessas? Vamos educar nossas crianças! Todas precisam ter consciência do valor da vida de um animal! E já foi comprovado: a criança que é criada com um animal e sabe respeitar a troca de sentimento, o amor, o carinho é um ser humano melhor. É um ser humano melhor. Isso é fato. Então, tem de haver as clínicas, é o que eu venho pedir, em nome de todas as ONGs do Brasil, as clínicas ou os hospitais, dependendo da demanda — não é? — da localidade, e a implementação de programas educativos dentro das escolas, em todas as redes, para que o nosso futuro, os nossos soldados sejam as nossas crianças, os nossos filhos.

Eu quero agradecer. Desculpem-me se falei demais (*risos*). É o meu jeito. Nós vivemos isso aqui, olhem, na carne, todos os dias, lá. Não é brinquedo. Antes de vir embora eu ganhei um presentão, vocês não têm noção: uma caixinha com cinco filhotes recém-nascidos (*risos*). Eu estou superpreocupada; até perguntei a ele se... E eu preciso ir embora hoje, porque eu deixei as minhas filhas cuidando, entendem? Tem de dar de mamar, tem de cuidar, não é?

Então, quer dizer, eu sou mãe de cinco gatinhos, e amo, amo o que eu faço, como há muitos que amam, entendem? Então, vamos aproveitar isso aí, vamos unir esse amor aí em prol de uma causa muito nobre, que são os animais.

Muito obrigada. Fiquem com Deus. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Queremos agradecer à Sra. Rosane Mazetto, que acaba de fazer uma exposição, dando algumas sugestões para a CPI discutir.

Mas, sem delongas, vamos ouvir a Sra. Íria de Souza, que terá o mesmo tempo de 20 minutos para fazer a sua exposição.

Tem a palavra V.Sa.



A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Obrigada. Eu vou apresentar-me aqui rapidamente.

Boa tarde. Meu nome é Íria. Eu estou dirigindo a Coordenação de Fauna Silvestre do IBAMA, de que foi solicitada a presença aqui. Na verdade, eu vou falar do trabalho do Centro de Triagem de Animais Silvestres, que são as unidades do IBAMA, separadas nas superintendências, espalhadas pelos Estados da Federação e no Distrito Federal, responsáveis pelo recebimento, pela triagem e pela destinação de animais silvestres que são vítimas de maus tratos, que são vítimas de tráfico, de entregas voluntárias e de resgates.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, em princípio, é o seguinte: o Brasil é um país com uma megadiversidade. Nós figuramos entre os 17 países com maior biodiversidade do Planeta. Nós temos aqui, abrigamos aqui 70% da biodiversidade mundial. Entre os países da biodiversidade continental, o Brasil é o primeiro nessa lista; então, tirando as ilhas, de biodiversidade mesmo temos o Brasil. O território é gigante, nós temos uma costa enorme e diversos biomas, e isso proporciona uma biodiversidade gigante.

Dessas espécies, de todas as espécies que nós temos aqui no Brasil, 10% de todas as espécies existentes no mundo estão representadas no nosso território, e, a título de curiosidade, nós ressaltamos que 55% das aves residentes na América do Sul estão aqui no Brasil, e 35% dos primatas e répteis do mundo também compõem a nossa biodiversidade. Então, indo aqui para a parte de fauna silvestre, nós realmente temos uma quantidade enorme, e nós ainda estamos descobrindo muitas espécies. Então, o Brasil tem uma característica diferente de outros países de clima mais temperado, que têm menos diversidade. Aqui nós temos uma diversidade enorme.

Essa foto é de um analista ambiental do Centro de Triagem de Goiânia. Então, é assim. Em princípio, a nossa questão aqui é o tráfico de animais silvestres. O tráfico de animais silvestres no Brasil é basicamente para atendimento do mercado interno. Nós vemos isso nos números de apreensão. Na maioria, os animais apreendidos são animais que as pessoas querem para criar em casa como animais de estimação. Então, a população brasileira, a cultura brasileira desde



sempre é a de ter um animal junto conosco, nós sempre tivemos. E no caso dos animais silvestres, por conta da nossa biodiversidade também, as pessoas acabam buscando colocar animais silvestres dentro de casa para criar como *pet*.

Essas aqui já são duas fotos para ilustrar bem: são milhares os animais silvestres retirados da natureza, por ano, para abastecimento do mercado *pet*. Nós sabemos que o tráfico internacional está mais relacionado a espécies mais raras, ou que têm valor comercial mais alto. No caso da biodiversidade para o mercado interno, são animais que o pessoal acaba comprando, como um papagaio, numa feira, por 50 reais. Assim, isso abastece o mercado interno. Para o mercado externo normalmente são outros os animais, não é? Esse dos chifres dos rinocerontes, das presas dos elefantes, seria outro mercado, que não é exatamente o que o Brasil tem; nós temos tráfico internacional, mas realmente o mais relevante é o abastecimento da parte interna, do mercado interno, da demanda interna nossa.

Aquela foto ali não está dando para ver direito, mas aquilo na primeira foto em cima são quatro caixas com filhotes de papagaio; eu não saberia precisar a espécie, mas é amazona. Ali estendidos vemos os filhotes que não sobreviveram ao transporte irregular. Então, se formos contar, foram bastantes. Essa foi uma apreensão no Estado de São Paulo. Quando a Polícia chegou, os agentes chegaram, já estavam todos aqueles animais mortos, por conta do transporte irregular.

Essa outra foto aqui eu consegui do pessoal da Superintendência do IBAMA do Paraná, que me encaminhou. É de uma apreensão dos Correios. Então, nós temos muito tráfico via Internet, e os Correios despacham os animais sem saber, não é? As pessoas despacham os animais pelos Correios. Às vezes alguns são pegos. Então, o caso ali é de uma tartaruginha absolutamente mal acondicionada, que foi despachada via correio, e os Correios conseguiram pegar e aí chamaram o IBAMA, e nós pegamos o caso.

Então, aqui temos mais fotos das condições em que os animais chegam ao Centro de Triagem. Ali em cima, não sei se dá para ver, há um passarinho machucado. Aqui embaixo vemos como o pessoal às vezes transporta. Aquilo ali está até interessante, porque só há um em cada gaiola. Às vezes nós temos apreensões em que eles colocam quantos derem nesses espaços pequenos. Aqui



embaixo temos anfíbios, também foi uma apreensão dos Correios. Eles já estavam mortos. Eles foram acondicionados numa caixa e foram despachados, e quando os Correios descobriram já estavam em decomposição. Então, é assim, a pessoa empacota e despacha.

Ali em cima há uma outra foto do Centro de Triagem de Goiânia também, com um monte de filhotes de psitacídeos. Há uns mais peladinhos ali na caixa de cima, uns já mais emplumados aqui embaixo, mas também são bem representativos de como os animais chegam ao Centro de Triagem do IBAMA, para que nós possamos fazer algum trabalho de recuperação e triagem desses animais.

Então, é assim: por conta da nossa biodiversidade, por conta da questão do tráfico, que nós temos realmente, que acontece no Brasil, nós temos, o IBAMA tem um projeto que vem certamente desde 2005, mas desde um pouco antes o IBAMA já recebia como agente ambiental e ainda recebe os animais de apreensões federais, estaduais, municipais. Ele é conhecido com um órgão de proteção à fauna, de proteção à natureza. Então, as pessoas que acham animais que não sejam domésticos procuram o IBAMA para entregar esses animais. Então, às vezes vem animal atropelado, vem animal que tomou choque, um primata que tomou choque em fiação elétrica e apareceu com a mão queimada etc.

E desde 2005 o IBAMA vem construindo e instalando estruturas em alguns Estados também, que são os Centros de Triagem de Animais Silvestres. Esse aqui é o do Maranhão, recém-reinaugurado. Ele passou por uma reforma grande. É uma estrutura grande. Ela precisa de recintos adequados, ela precisa de pessoal adequado. O trabalho no Centro de Triagem é realmente assim: o animal chega, os técnicos têm de saber qual é a espécie — não é? —, quais são as principais doenças que esse animal pode ter, recuperá-lo na medida do possível; dependendo da situação, eles já têm de fazer um atendimento emergencial, fazer a reidratação das aves, porque elas vêm acondicionadas naquelas malas, no porta-malas. Aí no Centro de Triagem os animais são identificados, são tratados; dependendo das condições, eles têm de ser reabilitados, e aí é feita a melhor destinação daquele animal, a melhor destinação que o animal pode ter.

Então, os Centros não são uma estrutura pequena. Eles são um local de triagem; portanto, um local de transição. Não é interessante nem é nosso objetivo



que o animal fique dentro do Centro de Triagem. Depois que nós definimos qual vai ser a destinação dele, nós o encaminhamos para a destinação correta.

Aqui, já indo para a parte dos números, a título de conhecimento, nós temos uma série histórica dos últimos 5 anos, dos animais que foram recebidos pelos nossos centros. Nós tivemos alguns centros que abriram, outros que fecharam, mas atualmente nós estamos trabalhando com 24 Centros de Triagem do IBAMA. Então, se vocês forem ver, a média é de 51 mil animais ao ano. Então, são 51 mil animais, divididos pelos 24 CETAS, são muitos animais por CETA, por ano, para receber, triar, recuperar e destinar. E a maioria realmente vem naquelas condições precaríssimas, horríveis. Vejam aqui, por exemplo: dos 51 mil animais que nós recebemos em média, 33 mil vêm de apreensões. Então, ao ano, nós temos que, por conta do tráfico de animais silvestres, 64% dos animais que entram nos Centros de Triagem são produto de apreensão, ou de grandes apreensões, ou de apreensões pequenas, locais, feitas pelas Polícias dos Estados. De maneira geral, só os outros 36% dos animais é que acabam vindo de resgates ou entregas voluntárias pela própria população.

É interessante ressaltar, nesse caso, que a entrega voluntária é caracterizada na legislação. A pessoa que detém um animal silvestre que não é legalizado, que não foi adquirido com nota fiscal, que não tem procedência legal, pode voluntariamente entregar esse animal para a autoridade competente, para o Centro de Triagem, e ela não sofre sanções, não é? Nessa questão da entrega. Então, muitas das entregas voluntárias acabam sendo realmente de animais que estavam sendo, que eram, que foram vítimas do tráfico, estavam com uma pessoa, essa pessoa que detinha o animal morreu, ele ficou com alguém que não o queria, ou, sei lá, a pessoa achou, pegou ou comprou uma iguana pequenininha, com um 1 palmo, e de repente o animal já está com 1 metro de cauda, quase 2 metros de comprimento, não há mais lugar para colocá-la, a pessoa não quer mais o animal. As próprias tartaruguinhas que eu mostrei lá em cima são vendidas desse tamanho, mas elas são répteis, elas ficam muito grandes, demandam cuidados. Às vezes a pessoa — como Rosane comentou, há a questão da posse responsável — adquire o animal e não sabe o trabalho que esse animal vai dar; quando o animal começa a dar trabalho, ela acaba descartando-o ou entregando-o. Então, é assim: dos animais



que nós temos recebido, a maior parte realmente é de apreensão, de tráfico de animais.

Então, dentro dos Centros de Triagem esses animais são recebidos; aos filhotes nós acabamos tendo de dar um cuidado maior, e assim os técnicos acabam tendo de fazer revezamento. Nós tivemos o caso de uma apreensão, acho que em 2007, se não estou enganada, em que foram mais de 300, quase 400 filhotes de *Amazona aestiva*, de papagaio-verdadeiro, apreendidos pela Polícia Ambiental de Pernambuco. A equipe do Centro de Triagem de Pernambuco colocou caixas com filhotes dentro de uma sala de onde retiraram tudo, porque já não havia local adequado para colocar e tratar todos esses filhotes. Eu sei que o saldo foi que os filhotes comeram todos os fios, tudo que estava solto. Assim, foi o caos, mas conseguiram. Desses animais, muitos já foram soltos agora. Eles cresceram, não é? Foram reabilitados, aprenderam a voar nos viveiros com os parceiros. O pessoal eu acho que ainda faz o acompanhamento, está finalizando este ano, agora, o acompanhamento das solturas que estão sendo realizadas, desses animais.

Então, realmente morreram muitos, porque eram muitos filhotes, o pessoal tendo de dar papinha a cada 2 horas, papinha de filhote de papagaio, o que também não é barato, e foi pedido o apoio da população, vieram estudantes para alimentar quase os 400 filhotes de papagaio de hora em hora.

Então, realmente é assim, é um trabalho que demanda muito dos técnicos. Após a fase de recuperação, às vezes de tentar fazer com que o animal não morra, naquele momento em que nós o apreendemos, nós também temos todo um trabalho de preparação desse animal para tentar reintroduzi-lo na natureza. Olhem, nesse caso aqui, esse é o Centro de Triagem de Goiânia. Eles têm um recinto específico de felinos em que estão treinando uma onça-parda para fazer essa reintrodução, para mantê-la ativa, para depois nós estudarmos a questão da reintrodução.

Mas alguns animais realmente demandam um trabalho muito grande da equipe técnica. Nós falamos dos primatas, de que é bem complicada de reintrodução; dos felinos também, não é? Dependendo do contato que se tem com o filhote, que é preciso ter, porque ele é carente, se não se fizer um trabalho melhor de reabilitação, esse vai ser um animal que se pode soltar na natureza e ele vai acabar buscando o ser humano, porque ele reconhece o ser humano como alguém que vai



dar-lhe comida. Então, os felinos são um grupo de animais bem complicados para reintrodução, para soltura.

E aí, nesse caso, por exemplo, no Centro de Triagem de Goiânia nós temos em torno, os colegas que me perdoem, mas eu acho que são 11 onças-pardas que carecem de destinação. Não podemos soltar as onças lá em Goiás assim, no entorno, certamente não, porque isso vai gerar conflito com fazendeiro, vai gerar conflito com a população. Muitos desses animais, ou alguns, realmente, quando se chega perto da grade, eles parecem gatinhos, porque não conseguimos, não é? Eles chegaram muito novos aos Centros de Triagem, e os nossos zoológicos estão todos muito bem, obrigado, com todos os seus plantéis de onças-pardas. Então, a destinação desses animais para cativeiro é difícil, porque são animais que demandam recursos, espaço, e comida, e no caso deles não é fácil a reintrodução.

Então, ao mesmo tempo em que as aves, a partir do momento em que eu consigo fazer com que elas estejam bem de saúde e voando, eu consigo soltá-las, então eu solto os psitacídeos, nós temos reintroduções muito boas de passeriformes, dos passarinhos, das araras, dos tucanos, esses animais, que são a maioria apreendida, nós conseguimos recuperar e soltar mais facilmente, já grandes felinos e primatas são animais mais complicados de se destinar. Uma onça-pintada melânica, aquela onça negra, já é mais fácil, porque há mais gente interessada em mantê-la em cativeiro. Mas o cativeiro também é a nossa última opção, porque nós queremos que os animais voltem à natureza. Então, temos todo esse trabalho.

Aqui, na verdade, temos a questão do trabalho de destinação. Então, nós temos aqui uma média de 41 mil animais destinados nos últimos 5 anos. Em 2014 foram 30 mil animais. Quando eu digo “destinados”, eu junto a soltura com o cativeiro, porque nem todos os animais podem ser reintroduzidos; então, como nós não temos condições de manter, nós acabamos precisando destinar para um criador, para um zoológico.

Com outros animais, pela própria importância biológica, se eles são muito raros, ou se existe um programa de cativeiro instituído, nós fazemos parceria, nós trabalhamos em conjunto com o ICMBio, e às vezes, dependendo da espécie, por mais que o animal tenha condições de voltar à natureza, acabamos mantendo-o em cativeiro, para fazer trabalhos de reprodução em cativeiro, para tentar manter a



espécie. São aquelas espécies superespecíficas com que nós já temos de partir para um trabalho de reprodução em cativeiro para garantir que elas continuem existindo, mas são pouquíssimas espécies, pouquíssimos casos.

Então, aqui, só para ilustrar, dos destinados no período de 2010 a 2014, dos 43 mil animais, na média, foram soltos quase 30 mil animais, isso falando de soltura.

Aqui vemos que o trabalho dos Centros de Triagem é basicamente... Basicamente, não; ele é o recebimento, a triagem, o cuidado e a destinação dos animais. Dos que são soltos nós ainda temos de fazer um acompanhamento para verificar se essa soltura foi bem realizada. Não é abrir a gaiola, tchau. Fui! Não é. Normalmente, dependendo da espécie, fazemos o acompanhamento; às vezes, dependendo da espécie, colocamos um rádio-collar para saber aonde o animal está indo. Há até uma onça melânica que realmente foi solta agora, aqui em Goiás. Eu não sei onde ela está. Eu sei que o pessoal estava acompanhando. Quando ela vai para muito perto de uma fazenda ou de área habitada, as equipes deslocam-se, tentando ver se devolvem o animal.

Mas é aquela história, nós temos hoje até um conflito, os animais perdem espaço a partir do momento em que nós ocupamos espaço, não é? Povoando, desenvolvendo o País, acabamos ocupando espaços que antes eram dos animais, e aí nós acabamos tendo muitos conflitos do homem com o animal, dessa proximidade. E é um equilíbrio muito delicado. E não adianta, às vezes, só retirar o animal e levá-lo para longe, porque vai vir outro, na verdade, não é? Se ele está achando aquela área interessante é porque aquela área tem algum recurso que é interessante para ele.

Então, essa é uma das coisas interessantes que vejo na questão da educação ambiental. Essa aqui também é outra foto da equipe. Essa foto é de Goiânia, de uma área de soltura em Goiás, na verdade. Foram araras estavam no Centro de Triagem do Rio de Janeiro, mas a área de ocorrência delas não é o Rio de Janeiro, não é o Sudeste, é para cá. Então nós, em parceria com uma empresa aérea, despachamos 55 araras. Elas vieram aqui para Goiânia e a partir daí ficaram nesse recinto de ambientação por mais um tempo. E isso aqui fazia parte de uma ação educativa com estudantes, com escolas, para mostrar a hora de soltar os animais, porque eles ficaram nesse recinto algum tempo. Na hora da soltura, veio a



comunidade para ver. No caso foram araras-canindés, que estavam nos Centros de Triagem do Rio de Janeiro e que vieram para cá para soltura.

Então, além de receber, triar e destinar cuidadosamente os animais, nós temos a questão de que muitos deles não estão na área de ocorrência deles. Então, o Sul, o Sudeste... O Sudeste, principalmente, é uma região que recebe muito animal do tráfico, recebe animais que são típicos do Nordeste, ou aqui do Centro-Oeste, e já nos Centros de Triagem do Norte, por exemplo, não há essa questão de receber animais do Sudeste. Normalmente, os animais que são recebidos pelos Centros de Triagem do Norte são de ocorrência local. Então, a destinação costuma ser lá, porque eles são da Região. Já em São Paulo ou no Rio de Janeiro é muito comum nós termos de fazer o transporte de animais para levá-los de volta para o local de origem.

Acho que eu tenho mais uma transparência aqui, só para tentar finalizar. Então, em termos gerais, é o trabalho que nós temos lá na Coordenação. Nós somos responsável pelo ordenamento desses Centros de Triagem, não é? As superintendências são as responsáveis técnicas e administrativas pelos Centros de Triagem. Nós aqui fazemos mais a gestão do recurso, vendo a quantidade de animais que eles têm. Então, novamente, nós temos atualmente 24 Centros distribuídos nos Estados, um aqui no Distrito Federal. A título de curiosidade, em 2014 nós tivemos um orçamento aprovado de 3,990 milhões, e conseguimos executar 3,565 milhões; portanto, é um execução interessante.

Agora em 2015 nós tivemos um *plus* no nosso orçamento, graças uma emenda parlamentar, que nós estamos tentando executar; na verdade, nós fizemos o plano de trabalho, mas, por conta da crise, as emendas estão bloqueadas pelo Ministério do Planejamento; então, nós estamos aguardando (*risos*) para poder fazer acontecer. E aí, com esse dinheiro, que é basicamente o orçamento que nós temos deste ano, é um aumento de 100% do orçamento, nós estamos com toda a questão de manutenção dos recintos, da maioria dos Centros de Triagem, que carecem de manutenção; de aquisição de materiais para marcação, os *microchips*, as anilhas, justamente porque nós precisamos identificar os animais; e de equipamentos e médicos veterinários, entre outros.



Nesse caso, eu queria dizer aqui que não é simples, porque animal custa caro. Mas nós fizemos o trabalho, realmente nós estamos conduzindo o processo, e se a emenda for liberada nós já estamos com tudo encaminhado para conseguir fazer as compras e as manutenções, porque, gente, bicho faz bagunça (*risos*), bicho suja as grades que contêm os animais, porque no caso não são cachorros e gatos, são lobos-guarás, e onças, e jaguatiricas. Nós precisamos realmente de recintos mais fortes, de grades, de potes de comida. Como eu disse uma vez, quando o pessoal reclamou do preço, porque nós estávamos comprando umas vasilhas de alumínio, de aço inox: gente, eu não vou dar comida para um *poodle*, eu vou dar comida para uma arara. Já viram o bico da arara? Ela destrói qualquer coisa que você coloca lá. Então, é assim, é um material caro, é um material pesado, e há a questão da degradação, e tudo mais.

Acabou o meu tempo, desculpem-me (*risos*). Mas era isso que eu queria mostrar, enfim. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço às expositoras e passo a palavra ao Relator, o Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, Deputados, eu gostaria de cumprimentar inicialmente Rosane Mazzeto. Eu conheço o trabalho que ela desenvolve no seu Estado. E a preocupação, essa aflição que você demonstra aqui pode ter certeza de que é compartilhada com todos os protetores no Brasil. O que você demonstra aqui é uma agonia constante, não é? Em função de muitas vezes se sentir naquela condição de não poder dar atenção suficiente para a demanda que cada um dos protetores têm.

A nossa luta, o nosso trabalho nesta CPI é extremamente voltado para essa área para que nós consigamos reverter as condições em que os nossos animais vivem hoje, ou sobrevivem, no nosso País. Então, eu quero cumprimentá-la pelo trabalho, e estão registradas aqui as suas contribuições.

Eu quero solicitar a Íria, se ela puder, que nos ajude no sentido de que... Primeiro, quero dizer que a emenda é de minha autoria. Eu estou insistindo lá para que o Governo libere já há algum tempo, porque nós tínhamos feito uma emenda para o Chico Mendes e outra para o IBAMA. A do IBAMA, obviamente, é para a área em que vocês desenvolvem o trabalho de vocês.



Vou fazer algumas perguntas. A primeira delas é a seguinte: vocês lidam, só e especificamente, com silvestres, ou também vocês incorporam os chamados exóticos, que os animais importados, e os chamados animais domésticos?

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Então, na verdade é o seguinte: o trabalho do IBAMA é voltado aos animais silvestres. É lógico, quando entra a questão dos maus-tratos, a fiscalização ambiental também acaba atuando, não é? Ela pode atuar também na questão dos domésticos.

Nós temos a separação; assim, para poder ordenar, temos os animais silvestres, temos os exóticos, e nós temos os domésticos. Os domésticos são aqueles — não é? — que já têm convivência com o homem, como o gato e o cachorro, e para fins de operacionalização do IBAMA alguns animais também são considerados domésticos. Então, a vaca, o pato, um cisne de... Como é que se diz? De ornamentação, esses são animais considerados domésticos. Esses, em princípio, não é do IBAMA a atribuição de trato deles. Então, não adianta vir com um cachorro a um Centro de Triagem porque não é o foco do Centro de Triagem reabilitar um cachorro.

No caso dos exóticos, nós, pela normativa que o IBAMA tem a respeito dos centros de triagem, recebemos, sim, animais exóticos nos centros de triagem. O que nós não aceitamos na norma, o que a norma não aceita é o recebimento de animais domésticos. Os exóticos nós acabamos recebendo justamente por conta da destinação. Nós não podemos simplesmente virar as costas assim. A invasão de espécies exóticas é muito grave, então nós realmente temos de dar um olhar mais cuidadoso. Um animal exótico jamais vai poder ser solto; então, ele tem de ser destinado para um zoológico, para um cativeiro, para alguém. No caso dos exóticos, se eu não estou enganada, o Decreto 6.514 estabelece que eles podem inclusive ser vendidos ou doados a algumas entidades. Então, às vezes, se aparece uma espécie exótica num centro de triagem, nós conseguimos, temos uma legislação que nos permite doar ou vender, mas, digamos assim, o IBAMA trabalha basicamente com os silvestres nativos, não os exóticos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Por favor, Íria, no caso de doar ou vender, como é feita essa operação pelo IBAMA?

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Do quê?



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - De doação ou venda de animais exóticos.

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Olhe...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Um elefante, uma girafa, um leão, um tigre, enfim.

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Eu confesso que eu nunca...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Você não sabe?

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Eu não...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Se puder depois me enviar a informação, eu gostaria.

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Essa é a primeira questão, e é importante.

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Há um processo administrativo, certamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Se puder anotar e enviar aqui para a Comissão, para a CPI...

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Quantos funcionários vocês são hoje, os que lidam com a questão dos animais como um todo?

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Olhe, a Coordenação de Fauna Silvestre do IBAMA tem quatro analistas ambientais, um engenheiro civil, um técnico administrativo, um de apoio e uma secretária, na minha Coordenação.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ou seja, não chegam a dez.

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Não. Bom, eu posso contar estagiários? Não? É brincadeira, desculpe. Não, na verdade não. Nós temos quatro analistas ambientais; espere aí, vamos ver; e os técnicos. Não são dez pessoas, realmente são poucas pessoas. E nós não tratamos só dos Centros de Triagem na nossa Coordenação. Então, nós trabalhamos com o manejo, na verdade é o manejo de fauna em vida livre, de âmbito regional e nacional, tanto para fins de conservação e uso sustentável, quanto na questão das espécies exóticas invasoras, que também é tratada lá na nossa Coordenação.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, pela conta que eu fiz aqui, dá aproximadamente nove pessoas. E no CETAS?

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Então, aí são 24 centros de triagem; cada um tem a sua peculiaridade, e deficiência, ou não. Temos...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Todos do IBAMA? São conveniados, ou são todos administrados pelo IBAMA?

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - É, esses 24 são do IBAMA.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Do IBAMA.

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - São geridos por nós.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E quantos funcionários teriam esses CETAS?

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Olhe, o número exato eu teria de trazer depois.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Poderia anotar e enviar para a Comissão também cada um deles, como veterinário, biólogo, enfim, não só o número de funcionários, mas exatamente que tipo de atividades eles desenvolvem?

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - As formações.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É, seria importante.

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - É, porque isso acaba mudando. Eu sabia no ano passado, mas as pessoas são removidas, são relocadas; então, esse é um número que acaba alterando-se, mas nós vamos encaminhar.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Uma coisa que preocupa um pouco, Íria, ou muito, é o fato de muita vezes a Polícia Ambiental, ou a Polícia Federal, quanto faz a apreensão, muitas vezes, pelo fato de não ter um local adequado para colocar os animais, acaba deixando como fiel depositário o próprio traficante, não é? E você há de concordar comigo, a informação que eu obtive um tempo atrás é a de que no caso dos passarinhos que têm anilha, quando o passarinho vai a óbito, eles têm de devolver a anilha, não é? E parece que essas anilhas nunca são devolvidas, que os animais têm vida eterna, não é? Eles estão apanhando os animais na natureza e anilhando esses animais, "esquentando" a anilha, ampliando, enfim.

Qual é a posição de vocês no que respeito no que diz respeito à Lista *Pef*? Nós fomos duros nessa questão. Eu encaminhei inclusive um ofício subscrito por



várias entidades, em que a nossa Lista *Pet* seria lista zero, não é? Eu sei que o IBAMA, pressionado pelo CONAMA, teria realizado ali uma primeira lista de cento e poucos animais, permitindo a criação deles, a venda desses animais silvestres, e depois resolver reduzir a lista, e a última informação é de que a lista não sairia. Aliás, o Presidente do IBAMA saiu primeiro do que a lista, não é?

Então, eu espero que essa lista realmente tenha tido já um fim, no sentido de nós não proporcionarmos oportunidade aos traficantes de se colocarem como santuários protetores de animais, quando na verdade são acumuladores que depois vendem esses animais para outras entidades. Então, eu queria saber a posição de vocês lá do IBAMA, nessa área específica de silvestres, se vocês também têm essa posição, no sentido de que se evite isso, de que se amplie a possibilidade de parceria com santuários realmente, que já existem, e que têm dado uma colaboração enorme. Nós temos vários espalhados pelo Brasil, e sem condição alguma, financeira, porque os Governos não ajudam. Eles vivem da contribuição específica de cada um. Eu dou como exemplo o dos primatas lá em Sorocaba, de Pedro Ynterian, em que há o GAP. Ele mesmo faz questão de sustentar. É uma pessoa que tem uma condição financeira fantástica, um empresário que, por conta própria, mantém o seu santuário, não é? Então, ele tem lá imagino que cerca de cento e poucos animais, e por conta dele, é ele que faz o financiamento.

Eu acho que hoje nós teríamos condições, com a lista zero, de ampliar a fiscalização, essa atuação que o IBAMA realiza, e evitar exatamente que esses animais possam ser doados, vendidos, ou que haja uma autorização, com base na chamada Lista *Pet*, para que esses animais sejam comercializados no Brasil. Se tiver alguma informação, pode apresentar; se não, envie-nos depois, está bom?

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - É, na verdade é o seguinte: a Lista *Pet* realmente foi uma demanda do CONAMA, não é? Foi ele que estipulou que o IBAMA deveria publicar essa lista. Eu realmente tenho de confirmar essa questão.

Sobre o posicionamento do IBAMA, na verdade eu acompanhei de longe esse trabalho, mas foram feitas diversas reuniões, foram feitas algumas consultas públicas, eu acho que foi mais de uma consulta pública. Então, assim, realmente não foi um equilíbrio muito fácil. Eu, até onde... Eu acho que a parte técnica da lista



acabou sendo feita, mas não foi publicada por decisões que... Eu confesso que não sei lhe dizer o que aconteceu.

A CONAMA 457, que fala da posse, do termo de guarda, também é uma resolução do CONAMA que nós seguimos, não é? Então, não só as Polícias como o próprio IBAMA têm de seguir. Mas ela realmente, assim, só esclarecendo, eu vejo que o ponto que ela estabelece é que o animal só pode ficar com a pessoa enquanto correr o processo; então, assim, não é uma posse definitiva, não é para sempre. Ao fim do processo administrativo a pessoa ou o órgão ambiental tem de destinar esse animal. Então, é assim, não é? Agora...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - *(Inaudível.)* Ou até ele morrer.

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - É, aí *(risos)* depende da capacidade do órgão de...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O que é comum? Na verdade, quando o sujeito é mal-intencionado, ele fica como fiel depositário de um volume de animais, e normalmente, quando você pretende recepcionar de volta esses animais, boa parte eles declaram como animal que morreu, só que eles não têm exame cadavérico, eles não têm a informação. Na verdade, esses animais são vendidos para alguma instituição, não é? Essa é uma preocupação grande que nós temos.

A outra é: eu acho que está no momento de o CONAMA parar de emitir normas como essa. Até porque ela é infralegal, não? Não é uma norma que ajuda, muito pelo contrário. Acho que o CONAMA podia cuidar muito bem da questão das nossas florestas, dos nossos biomas, e deixar que um órgão em separado que nós tivéssemos no Ministério do Meio Ambiente cuidasse dessas questões específicas dos nossos animais.

Por último, só para ajudar, a emenda que nós fizemos é muito específica para a proteção animal, para o IBAMA, não é? É uma emenda suprapartidária, eu diria assim, porque ela tem um objetivo muito claro, que é o de exatamente instrumentalizar e dar mais condições para que vocês possam fazer esse trabalho de fiscalização, de controle dos nossos animais. E seria bom, independentemente desse Governo, do próximo Governo, seja qual for o Governo, que vocês consigam recuperá-la. Uma das indicações que nós vamos fazer no nosso parecer será



exatamente no sentido de que o Governo Federal, o Executivo — seja ele qual for, obviamente — pague essa emenda, não é?

E não é uma emenda voltada para um Estado, não é uma emenda voltada para um partido, é uma emenda voltada para uma causa, e nós esperamos que vocês recebam rapidamente esses recursos, para poder, obviamente, dar sequência ao trabalho que vocês desenvolvem lá no IBAMA.

Muito obrigado pela presença de vocês duas.

Sinto-me satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos ouvir o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Quero aplaudir iniciativa do requerimento de convite das duas representantes, uma brasileira fronteira que trabalha com animal brasileiro, paraguaio, uruguaio, é genérico (*risos*), e realmente, se São Lázaro for o santo dos animais, vocês estão bem protegidas por ele, e nós também (*risos*), porque a nossa missão nesse sentido nós cumprimos por compreender o que nós estamos fazendo, porque não rende, digamos assim. Às vezes tem gente que diz: “Essa pessoa só pode ser doida, só vive com cachorro para cima e para baixo”, e não sei mais o quê. “Se fosse gente, ainda tinha remédio. Por que não põe uma criança no lugar?” Porque nós temos gente para tudo, inclusive para tocar gaita (*risos*), não é? Então...

Agora, o Relator é uma pessoa que realmente milita com profundidade nessa área, como o Presidente Ricardo Izar, que é bastante conhecido no País como um militante dessa área, e eu acredito que nós vamos sair daqui com um bom relatório, com boas indicações de algumas leis para serem modificadas etc. e tal. Se este Congresso aqui vai aprovar é outra história (*risos*), mas nós vamos fazer a nossa parte. O pior pecado é o de omissão, e nós não queremos cometer esse pecado.

Agora eu queria fazer algumas indagações para a Dra. Íria. Primeiro, a propaganda que nós temos de defesa dos animais está só nos aeroportos, e feita pela Polícia Federal. Eu queria conversar para nós vermos como é que nós também podemos incentivar o Governo a ter, na sua propaganda, uma propaganda de defesa, de orientação, sobre dos animais. Por exemplo, os Correios recebem essas



coisas, e não tem nenhum instrumento para que ele possa saber se é um animal que está ali, dentro daquela caixa?

Outra pergunta: quando se recebe essa caixa, está ali o endereço de quem foi colocá-la no correio; vocês pegam e entregam isso à Polícia Federal, até para se saber quem foi, essa preocupação existe? Essa é a segunda pergunta.

A outra pergunta a senhora já tomou a iniciativa de responder ao mostrar que o orçamento também não corresponde à necessidade do trabalho. Agora, uma orientação: no Ceará havia muitas daquelas aves que se chamam pomba-de-bando ou avoante. Ela é muito característica de lugar em que há seca. Então, nós estamos com 5 anos de seca, é um dos animais que aparecem em bando, e o cara mata com espingarda de chumbinho, não é? E abate cinco, seis, mata ali um bocado. É o seguinte: o IBAMA proíbe, mas na feira, agora, não é muito difícil de encontrar, e como há quem gosta de tomar uma cachacinha e fazer de tira-gosto uma pomba-de-bando (*risos*), ela é procurada por muitos.

Eu pergunto: qual é, assim, o tipo de pessoas que há no quadro para a repressão disso? Porque vocês conhecem todo o mapa desse tipo de animais, não é? Não sei em que qualificação as avoantes ficam, porque elas só se apresentam muito quando é verão, na seca, não sei por quê, também não me preocupo; só sei que eu passo para lá e para cá e conheço isso bem de perto. Qual é, assim, a política que vocês têm para resolver esse problema?

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - Na verdade, com relação à questão dos Correios, eu confesso não saber os procedimentos todos dos Correios, mas, até onde nós acompanhamos o que eles fazem, não há como eles saberem, porque é proibida a remessa de animais vivos pelos Correios. O regimento dos Correios proíbe isso. Então, nesses casos, às vezes, ou as pessoas acham, ou a pessoa que está manuseando pode ter uma desconfiança de que há um animal lá dentro, porque ele está vivo, pode fazer barulho, a caixa se mexer; eu não sei exatamente como, mas a questão dos Correios é que eles acabam fazendo o controle por amostragem. Então, realmente, não há como os Correios saberem. É assim: legalmente, a pessoa não pode fazer a remessa de um animal pelos Correios; quando faz, ela já está com más intenções, ela já faz isso sabendo que é ilegal. Então, quando essas... Porque



na verdade isso é um caso bem sério, é questão da fiscalização ambiental, e eu não trabalho com fiscalização ambiental, então... *(Risos.)*

Mas a questão dos endereços é como V.Exa. disse, o endereço da pessoa que ia receber o animal está até correto, porque era para chegar à casa dele, mas do remetente, qual é o endereço? Na verdade é um endereço falso, é um endereço inexistente. A pessoa preenche, põe qualquer endereço lá, e remete para quem pagou, para o interessado, e fica difícil enquadrar a pessoa que é a destinatária, porque ela pode alegar que não sabe de nada, que não é dela, que nunca viu essa pessoa, que não sabe. Então, na verdade...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - *(Inaudível.)* Papai Noel resolver mandar para ele.

A SRA. ÍRIA DE SOUZA PINTO - É, alguém olhou o endereço dele, não sei onde, e resolveu mandar para ele. Vai que é um desafeto, não é? Que está querendo prejudicá-lo, e manda para ele. Então, é assim. Realmente, é complicado. Nós teríamos de pegar o remetente, mas do remetente os endereços são falsos, até onde eu sei.

A questão da pomba avoante — arribaça também é o nome dela, dependendo da região —, realmente é cultural o uso desse animal, é sim, brasileiro gosta muito de fritá-lo para acompanhar bebidas alcoólicas. O que é que acontece? A arribaça é um animal silvestre, não é? Ele é protegido por lei. Então, se não há regulamentação que diga como se pode fazer uso dele, não se pode usá-lo. Essa também é uma questão de fiscalização ambiental, não só do IBAMA como do próprio Estado. É, numa ponta, questão de fiscalização, de reprimir, apreender, não é? De entrar com a questão da apreensão.

Na outra ponta vem a parte da educação. Temos de educar todos, inclusive nossas crianças, não é? Mas é assim: eles é que acabam nos educando, com o que eles aprendem na escola. Eles acabam trazendo para dentro de casa tudo aquilo que eles aprendem, as crianças e os jovens. Então, assim, temos de tirar essa cultura. Eu acho que o uso da fauna é possível, não é? Nós usamos animais no nosso dia a dia. Mas como fazer esse uso é que é o pulo do gato. Tem de ser um uso que mantenha a biodiversidade, que não traga coisas ruins para os animais, que não traga maus-tratos, esse uso. Então, nós temos toda uma legislação de como



deve ser feito um abate num frigorífico, como é que se deve manter um animal. Mesmo para os animais que nós consumimos, que as pessoas acabam ingerindo, que são alimentos, há uma legislação de como se deve conduzir o abate, de como se tem de conduzir esses animais.

Então, na questão da arribaçã há as duas pontas, a ponta da fiscalização ambiental, de aumentar a fiscalização para realmente não deixar esse mercado livre, e ao mesmo tempo o trabalho de educação ambiental, o trabalho de conscientização, que é importante, que tem de acontecer, não é? É preciso que isso seja trabalhado, porque também não adianta trabalhar só numa ponta, não adianta.

Eu gosto de fazer a comparação com a Lei Seca e dirigir embriagado. Não se pode ingerir bebida alcoólica e dirigir porque se a fiscalização pegar vai-se ter de responder por isso. Mas não se deveria fazer isso porque se está colocando em risco a si e todos os outros, então vem a parte da educação. Independentemente da fiscalização, não se deveria fazer isso por uma questão de educação e consciência.

Então, eu acho que o uso dos animais, o tráfico, os maus-tratos, essa questão da caça e algumas coisas culturais que nós temos precisamos ir modificando, isso é uma coisa que nós temos de ir melhorando.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu concordo. Certas coisas eu observo, mas eu não sei dizer qual é o caso. Há pessoas que vivem de vender cachorro, tiram o seu sustento dali, etc. e tal. Há outras que vivem de vender esses animais silvestres etc. e tal e também tiram o seu sustento dali.

Agora, fico preocupado. Por exemplo: o IBAMA tem a ver com questão de rodeios? Porque ali também um animal está sendo usado para dar alegria — para mim uma alegria, um divertimento meio esquisito — e também para ascensão dos caras que montam etc. e tal. Gera muito dinheiro, muito isso, muito aquilo.

O IBAMA tem alguma autoridade nesse sentido ou tem que ser outro órgão?

A SRA. IRIA DE SOUZA PINTO - É a questão de que eu falei. Como, no caso, esses animais são considerados domésticos, o IBAMA atua na questão dos maus-tratos. Nós não podemos regulamentar como deve ser feito um rodeio. Não compete ao IBAMA.



Mas a legislação não é clara quanto ao que vem a ser maus-tratos. Então, realmente, a não ser que haja um caso muito claro, algum animal ferido, alguma denúncia, a fiscalização do IBAMA acaba não indo a esses torneios.

Eu tenho minha opinião a respeito dos rodeios, mas é complicado, porque eu vejo que a população gosta. Há muito dinheiro envolvido.

Realmente, o IBAMA acaba só entrando na questão dos maus-tratos, se for comprovada a existência de maus-tratos. Nesse caso, eu diria que teria que haver um animal sangrando, ferido, esfolado. Senão, não há como. Falta equipe, falta corpo técnico para estarmos realmente em todos os lugares em que gostaríamos de atuar. Mas rodeios eu deixo em aberto, na verdade, porque, a não ser que seja caracterizada como maus-tratos uma situação específica, eu não vejo o IBAMA participando, acompanhando rodeios e coisas similares para verificar como os animais estão. Ainda mais porque são animais domésticos. Então, eu não sei. É complicado. Eu posso descobrir mais coisas com o pessoal da fiscalização e mandar para os senhores.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu quero agradecer as respostas à senhora. Acho que nós temos avançado muito. O problema de macaco no circo era um negócio impressionante. Nós lutamos, lutamos até que o resolvemos. Arrancavam-se dentes!

Agora eu fico pensando na pessoa que faz um negócio desses. Às vezes eu fico pensando, porque o animal não tem a menor defesa. E se prestar a um negócio desses! Por isso, eu entendo que um homem mate outro homem. Se ele faz um negócio desses, para matar um homem que pode se defender, etc. e tal...

Obrigado pela participação das senhoras. Foi bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Chico Lopes.

Foi colocada aqui a questão da tipificação dos maus-tratos. Deputado, V.Exa. é Sub-Relator. Depois nós temos que fazer a reunião dos Relatores. Há o nosso Código Penal e não só a questão de maximização das penas. Foi até aprovado um projeto recente do Deputado Ricardo Tripoli para cães e gatos. Nós temos que incluir os outros animais na maximização das penas, mudar o regime de detenção para reclusão, porque aí, sim, a pessoa vai ficar presa. Não adianta termos uma



pena de detenção onde se cumpra cesta básica. E a tipificação é importante para nós deixarmos claro o que são maus-tratos, no caso de animais. Isso é um tema importante. Eu queria fazer uma pergunta para a Dra. Iria. Antes, eu queria só colocar para a Rosane que todos os pontos que ela colocou aqui eu acho que esta Comissão está cansada até de ouvir, porque todas as ONGs têm o mesmo problema. Nós sabemos que as ONGs fazem um papel que deveria ser do Estado. O Estado não faz esse seu papel.

Quanto à castração, nós temos um projeto que está pronto para ser votado, desde 2003 no plenário, mas não é votado, o Projeto de Lei nº 1.376, do Deputado Afonso Camargo. O projeto está prontinho na pauta para ser votado. Se Deus quiser, o resultado desta CPI vai ser a votação desse projeto.

O Projeto de Lei nº 3.490, de minha autoria, proíbe a eliminação de cães e gatos em centros de zoonoses. Hoje é um verdadeiro massacre o que acontece nesses centros de zoonoses.

Quanto à questão do atendimento veterinário gratuito, há projeto tramitando na Casa. O projeto existe. Falta votar, não é Deputado Chico? E é isso que nós queremos nesta CPI.

Para a Dra. Iria eu queria fazer uma pergunta básica. Nós tivemos um caso recente agora de animal exótico, animal de exibição, o leão daqui do Distrito Federal, o Dengo. Ele está sendo até caso de investigação da CPI. Estamos analisando junto à Polícia Federal os registros, para ver se há condições adequadas e tal. Na época, surgiu a oportunidade de esse leão ser transferido para o Rancho dos Gnomos, um santuário que existe lá em São Paulo. Mas, por causa do ego, talvez, o Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal resolveu fazer com que tudo fosse mais demorado, e a vaga nesse Rancho dos Gnomos foi ocupada por uma onça.

Sabemos que no IBAMA há uma lista de animais não só selvagens, mas também silvestres, que são aqueles animais que mais necessitam de remoção para um santuário. E sabemos que o número de vagas é limitado hoje nos santuários, ainda mais porque são santuários que sobrevivem sem ajuda nenhuma do Estado.

A senhora poderia nos fornecer, por exemplo, essa lista que o IBAMA tem de animais que precisam ser transferidos, tanto os selvagens como os silvestres e os



exóticos, de quantos precisam ser transferidos e de quantas vagas existem hoje nos santuários, para ver se conseguimos incluir — vamos pedir ao Deputado Ricardo Tripoli para incluir isso no relatório dele — a questão do orçamento? Precisamos destinar orçamento para que sejam feitos novos santuários no Brasil para receber esses animais.

Outro ponto que eu queria que a senhora nos passasse diz respeito à possibilidade de mudança da portaria do IBAMA. Existe uma portaria do IBAMA que só permite a importação de animal selvagem se for para zoológico ou para circo. Por que pode para zoológico e para circo e não pode para santuário, que é onde ele vai viver melhor? Então, eu queria questionar o IBAMA quanto a isso. Vamos até fazer um requerimento. Estamos vivendo um caso de um animal que foi resgatado de um circo na divisa com a Argentina, e o Rancho dos Gnomos estava se oferecendo para receber o leão, mas não está escrito na portaria que pode ir para santuário, está escrito que só é permitido ir para zoológico. Então, eu queria ver a possibilidade até de o IBAMA abrir uma exceção e receber esse animal, porque senão ele vai ser executado. Ele está na Argentina e vai ser executado. Então, se pudesse abrir uma exceção, ou nos dar uma resposta sobre em que portaria está escrito que só pode vir para zoológico e circo. E que nos passem estes números: quantos animais esperam por remoção e qual seria o valor do investimento necessário para criarmos novos santuários e darmos maior estrutura para o CETAS, para podermos agregar isso no nosso relatório.

Pode responder; se já tiver a resposta, melhor.

A SRA. IRIA DE SOUZA PINTO - Na verdade, é o seguinte: quanto à lista dos animais, temos a dos centros de triagens, certamente. A Lei Complementar nº 140 transferiu para os Estados a responsabilidade dos criadouros, de animais que estejam em zoológicos, criadouros, mantenedores, santuários ou qualquer outro empreendimento que mantenha a fauna silvestre em cativeiro a competência de gestão desses centros, que passa a ser estadual. Então, eu diria que é um processo em que, talvez, não consigamos chegar a um número pleno dos empreendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu estou perguntando porque, ao tratar da questão do leão Dengo, por exemplo, e de outros casos em que já tivemos a ajuda do IBAMA, inclusive por denúncias, acontece o seguinte: há um



animal selvagem, um animal exótico; ótimo, o IBAMA pode ir lá, ver que ele está sendo maltratado, pode ver que é um animal tratado de forma ilegal, de certa forma, mas não tem para onde enviá-lo. Então, acaba não fazendo a ação, não o retirando do local. Queríamos saber quantas ocorrências existem e quanto teria que ser investido para abastecermos os santuários de infraestrutura suficiente para podermos receber esses animais.

A SRA. IRIA DE SOUZA PINTO - Com relação à importação de animais, como eu coloquei, eu entendo que temos realmente uma dificuldade de destinar animais silvestres nativos nossos. No caso das onze onças em Goiânia, o santuário não pode receber umas três? Então, nesse caso também não é conduzido pela coordenação em que eu trabalho, mas buscamos... O entendimento por trás disso é de que o orçamento é pequeno. Então, imaginamos que, se for para priorizar algum animal, acabamos olhando para os nativos, para os silvestres nossos.

E temos muitos leões. Inclusive o Dengo está no recinto extra do zoológico justamente porque não há interesse em expô-lo, porque, pobre dele, está doente, então ele não é bonito. Não há o interesse de exposição de zoológicos. E realmente ele está doente, é complicada a situação dele. Eu não estou acompanhando de perto, mas, com o pouco que eu sei, não é tão simples.

Acho que, na questão da importação de alguns animais, a portaria buscava manter locais que pudessem receber os nossos animais, os de tráfico, os resgatados. Mandando o requerimento, talvez possamos dar uma resposta mais completa às questões. Mas é assim: se o santuário tem condições e tem interesse, eu acho que temos que conversar, temos que ver essas portarias. Mas eu os encaminho para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço a presença às convidadas.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 1º de outubro de 2015, às 9h30mim, em plenário a se definir, quando atenderemos ao Requerimento nº 70, de 2015, do Deputado Arnaldo Jordy, que convida o Juiz Anderson Furlan, Presidente da Associação Paranaense dos Juízes Federais, e Flávio Mantovani, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil de Maringá.



Está encerrada a reunião.